

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MARIA VITORIA LUCAS DUARTE

SOU NINGUEM POIS NÃO SOU HOMEM E NEM SOU BRANCA:
A dolorosa interseccionalidade na existência da mulher negra

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2025

MARIA VITORIA LUCAS DUARTE

SOU NINGUEM POIS NÃO SOU HOMEM E NEM SOU BRANCA:

A dolorosa interseccionalidade na existência da mulher negra

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Dra. Moema Alves Macêdo

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2025

MARIA VITORIA LUCAS DUARTE

SOU NINGUEM POIS NÃO SOU HOMEM E NEM SOU BRANCA:
A dolorosa universalização da interseccionalidade na existência
da mulher negra

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Data da Apresentação: 25/06/2025

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Doutora Moema Alves Macêdo

Membro: Francisca Janiele Felipe Feitosa/UNILEAO

Membro: Joel Lima Junior/UNILEAO

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2025

SOU NINGUEM POIS NÃO SOU HOMEM E NEM SOU BRANCA:
A dolorosa interseccionalidade na existência da mulher negra

Maria Vitoria Lucas Duarte ¹

Moema Alves Macêdo²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar como a interseccionalidade entre raça e gênero contribui para o agravamento do sofrimento psíquico das mulheres negras. A partir de uma abordagem qualitativa e exploratória, foi realizada uma revisão narrativa da literatura com base em autoras negras que discutem feminismo negro, racismo estrutural e saúde mental. A pesquisa evidencia que a mulher negra, historicamente marcada por opressões interseccionais, enfrenta um processo contínuo de desumanização, silenciamento e exclusão social, o que contribui diretamente para o desenvolvimento de quadros de sofrimento psíquico, como baixa autoestima, ansiedade crônica e autossilenciamento. Além disso, o trabalho propõe uma reflexão crítica sobre o “não lugar” da mulher negra na sociedade, problematizando o mito da mulher forte e a ausência de políticas públicas e práticas clínicas adequadas às suas especificidades. Conclui-se que o sofrimento psíquico da mulher negra deve ser compreendido como expressão legítima de um sistema excludente e violento, e que o cuidado só será efetivo se comprometido ética e politicamente com a escuta e a valorização de suas subjetividades.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Mulher negra; Sofrimento psíquico; Racismo estrutural; Feminismo negro.

¹Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: vitoriaduarte.psic@gmail.com

²Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: moema@leaosampaio.edu.br

1.INTRODUÇÃO

A pesquisa presente discorre sobre a dolorosa interseccionalidade de raça e gênero presente na existência da mulher negra. Nessa realidade que vivemos à mercê de um sistema patriarcal, racista e elitista, padrões foram estabelecidos objetivando uma organização hegemônica da sociedade, organização que mata ou desumaniza qualquer expressão contrária a suas ideologias. Em sua obra *Ensinando a Transgredir* (2013) hooks se aprofunda, criticando a hegemonia patriarcal, enfatizando a necessidade da construção de um pensamento crítico acerca das imposições sociais sofridas, apontando a necessidade de desconstruí-las, isso torna relevantes pesquisas nesse âmbito.

O sofrimento da mulher se tornou questão de saúde pública em meados dos anos 90 (Nogueira, 2008) e mesmo assim permanece sendo uma das maiores problemáticas sociais do país, desde a violência à discriminação dos corpos femininos, vozes e desejos, entre outras micro questões socioculturais, essa situação aumenta de grau quando nos referimos a realidade das mulheres não brancas, mulheres de cor, mulheres que em sua maioria não possuem cuidadores ou mesmo rede de apoio para facilitar suas demandas rotineiras básicas, como cuidar da casa, trabalhar, estudar, viver. Essa realidade é descrita na famosa obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Maria Carolina de Jesus (1960), o recorte de raça escancara os agravadores que nos atravessam. Assim, ao trabalharmos com mulheres, precisamos sempre nos questionar de quais mulheres estamos falando. Essa compreensão é fundamental para promover políticas e práticas que busquem equilibrar justamente faltas (Ribeiro, 2019).

Considerando a problemática apresentada, esse trabalho objetivou analisar como a universalização da interseccionalidade de raça e gênero, vividos pela mulher negra, contribui para o agravamento das condições de sofrimento desta. Especificamente, objetivou: investigar a relação de discriminação de raça e gênero na vida cotidiana das mulheres negras, refletir sobre a construção conceitual e epistemológica do termo interseccionalidade; problematizar o não lugar da mulher negra em uma sociedade universalizante de raça e gênero; dialogar sobre sofrimento psíquico de mulheres negras diante de atravessamentos da interseccionalidade raça-gênero; apontar trilhas de enfrentamento a opressões internacionalizadas em raça e gênero. A pergunta norteadora para esse diálogo é: de que modo a universalização da interseccionalidade raça-gênero atravessa em forma de sofrimento psíquico mulheres negras. Que estratégias de enfrentamento a esses modos interseccionais de dominação são possíveis de serem traçadas nesse cenário por mulheres negras e por outros grupos sociais?

2.DESENVOLVIMENTO

2.1.METODOLOGIA

A presente pesquisa tem delineamento exploratório e faz uso de métodos qualitativos. Em consonância com Neves (1996), a pesquisa qualitativa tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise dos dados; seu foco de interesse é amplo e parte de uma perspectiva diferenciada da adotada pelos métodos quantitativos.

Utilizando a revisão narrativa de literatura, será aprofundado a compreensão da “interseccionalidade presente na existência da mulher negra”. Dessa forma, a pesquisa exploratória refere-se a um tipo de investigação que tem como objetivo analisar como a interseccionalidade de raça e gênero são agravadores no sofrimento da mulher negra. O levantamento bibliográfico utilizou-se de capítulos de livros, artigos científicos, publicados em português – predominantemente nos últimos 10 anos –, por meio das plataformas online Google Acadêmico e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) sendo realizada uma revisão de estudos existentes com o objetivo de criar compreensões sobre a temática. As pesquisas aconteceram de 2015 até 2025, envolvendo as seguintes palavras-chaves: “feminismo negro”, “interseccionalidade”, “raça e gênero”, termos pesquisados de forma isolados, porém por serem temáticas que se atravessam em pesquisas, são frequentemente encontrados juntos, foram encontrados 1.383 arquivos com a palavra-chave “feminismo negro” , 1.995 com “interseccionalidade”, 4.010 com “raça e gênero, ao relacionar ambos os termos, foram encontrados 320 arquivos, desse levantamento bibliográfico foram utilizados cerca de 15 a 25 das pesquisas encontradas que produziram uma boa articulação entre os termos.

Para a análise dos dados produzidos no levantamento bibliográfico de artigos, foi realizada a leitura flutuante dos resumos, de modo a descartar os que não se relacionavam com os objetivos da pesquisa. Os documentos restantes foram lidos, grifados e fichados, de modo a proporcionar aproximação de ideias e contraposições para facilitar a consolidação de diálogos com autores dos livros que foram as principais referências para esse trabalho, a saber: bell hooks; Djamila Ribeiro; Leila Gonzalez; Grada Kilombo; Patrícia Hill Collins (..)

2.2.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A base teórica deste trabalho é fundamentada, em sua grande maioria, em autoras que são mulheres negras, as quais produzem relevantes trabalhos acerca de pautas relacionadas ao feminismo negro, às questões de raça e gênero, e à interseccionalidade existente entre ambos.

A seguir, serão apresentados os principais conceitos e debates que embasam esta pesquisa, organizados em três eixos principais: a conceituação de interseccionalidade e as articulações entre raça e gênero; a problematização do não lugar da mulher negra na sociedade; e o diálogo sobre o sofrimento psíquico vivenciado por mulheres negras diante dos atravessamentos interseccionais de raça e gênero. Esses eixos possibilitam a construção de uma análise crítica e aprofundada sobre as múltiplas formas de opressão que incidem sobre a existência da mulher negra, bem como sobre suas estratégias de resistência e afirmação.

2.2.1.interseccionalidade

O conceito de interseccionalidade pode ser compreendido como uma ferramenta que contribui de forma prática em lutas que buscam solucionar problemáticas invisibilizadas, como a falta de oportunidades e acessos a direitos, falta que afeta diretamente grupos específicos dentro da sociedade, dentro da dinâmica de poder e subordinação que existe como base das estruturas sociais, esse conceito surge no final da década de 80 debatido pela ativista social Kimberlé Crenshaw ao articular questões de gênero e raça e classe como sendo alvo de denominações e opressões semelhantes, sendo assim considerado relativamente novo dentro das pesquisas sociais (Crenshaw, 2002). A partir dessa base, o conceito passou a ser apropriado e ressignificado em diferentes contextos, como nas ciências sociais, nos movimentos negros e feministas no Brasil, e nas políticas públicas voltadas ao enfrentamento das desigualdades interseccionais.

Atualmente o termo é bastante articulado entre acadêmicos e pesquisadores militantes dentro das ciências sociais, dentro das políticas públicas e entre demais ativistas sociais de diversos âmbitos. É utilizado como base norteadora de ações voltadas ao combate de violações de direitos humanos e outros tipos de violência que atingem as classes sociais discriminadas, mesmo partindo de pontos diferentes é acatado por estas pessoas uma conceituação pactuada que engloba de forma genérica a ideia central do conceito.

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins; Bilge, 2021, p. 16).

Compreender que relações de poder não se portam de forma distintas, e sim, que são construídas unificadas, ou seja, se relacionando entre si, heterogeneamente solidificando assim aspectos do meio social.

Segundo Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge³ (2021) as pessoas, mesmo sem denominarem assim, fazem uso da interseccionalidade como ferramenta analítica para a resolução de problemáticas complexas em suas vidas cotidianas. Isso ocorre porque as experiências humanas não são moldadas por uma única categoria de identidade ou opressão, mas por múltiplas dimensões que se entrelaçam, como raça, gênero, classe, orientação sexual, etnia, entre outras. A interseccionalidade, nesse sentido, oferece um modo de pensar que reconhece a complexidade das relações sociais e permite compreender como diferentes formas de desigualdade se manifestam de maneira simultânea e interdependente. Para as autoras, utilizar esse olhar interseccional contribui para diagnósticos mais precisos e intervenções mais eficazes nas esferas política, social e cultural.

Compreender o conceito epistemológico é imprescindível para reconhecer que as opressões não atuam de forma isolada, mas sim entrelaçadas, evidentemente é forte a articulação entre raça e gênero na vivência e experiência de mulheres negras, não podendo ser desentrelaçado de um de seus marcadores.

2.2.2.interseccionalidade raça-gênero

A construção de identidade da mulher negra sempre esteve atravessada por múltiplas formas de opressão que se entrelaçam de maneira complexa, como destaca Angela Davis (2016), a visão do feminismo tradicional historicamente produz racismo, contra mulheres que também se encontram no alvo da subordinação patriarcal, mas que por sua cor são excluídas da narrativa da feminilidade, cuidado e sororidade que é construída pela comunidade feminista. Um dos registros mais emblemáticos dessa denúncia é o discurso proferido por Sojourner Truth em 1851, durante a Convenção pelos Direitos das Mulheres, cuja força permanece atual e simbólica na luta por justiça social.

³ Neste trabalho, opta-se por escrever os nomes completos das autoras negras como uma escolha política e ética. Tal prática visa contribuir para a visibilidade dessas intelectuais, muitas vezes silenciadas ou reduzidas em citações, reafirmando sua relevância acadêmica e política

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (Sojourne Truth, 1851).

O discurso de Sojourner Truth, proferido em 1851, ecoa até hoje como um marco na luta por justiça social, racial e de gênero. Suas palavras escancaram a invisibilidade e as contradições enfrentadas por mulheres que não se enquadram no padrão hegemônico de feminilidade, revelando como opressões múltiplas se entrelaçam em suas experiências. A indagação insistente — “E não sou uma mulher?” — não apenas desafia as normas da época, mas também antecipa, com força e nitidez, a urgência de uma abordagem interseccional na análise das desigualdades sociais.

Para se aprofundar na complexidade que existe acerca do diálogo sobre raça-gênero é imprescindível destrinchar termos, diferentemente do que já tentaram provar um dia, por meio da biologia. Dito isso, destaca-se que raça é uma construção social histórica e política de um povo, operando como marcador social que pré-define acessos, recursos e direitos em espaços. Em sua obra, Lélia Gonzalez (2020) argumenta que o racismo é um elemento estruturante da sociedade brasileira, moldando relações sociais e instituições de forma profunda e permanente. Essa obra denuncia aspectos mascarados, muitas vezes pelo uso da violência indireta, práticas simbólicas que passam despercebidas, como por exemplo o apagamento da identidade cultural negra e a exaltação de padrões brancos como referências, juntamente de falsos discursos sobre democracia racial (Gonzalez, 2020)

Raça não é apenas uma identidade, mas um âmbito político, ignorar diferenças raciais em prol de uma ilusória neutralidade é uma violência a população negra, a branquitude trabalha com a norma silenciosa, uma cristalização unificada do que é considerado aceito e belo, essa normatividade racial não apenas exclui pessoas negras dos espaços de poder mas também deslegitima sua existência, é exigido um posicionamento contrário a esse silenciamento, práticas que se tornem fontes de luta e poder, como reconhecimento e valorização racial, sendo assim um enfrentamento direto ao silêncio que é imposto pela classe dominante (Audre Lorde, 1984).

Djamila Ribeiro compartilha da mesma premissa de que, relações raciais moldam a sociedade e determina quem tem voz, espaço e legitimidade, destacando a necessidade de

reconhecer os privilégios concedidos à branquitude, com o objetivo de desnaturalizar a neutralidade que exclui e silencia corpos racializados, propõe uma revalorização da experiência negra como fonte legítima de conhecimento, para a autora os apagamentos históricos de vivências precisam ser reparados, promovendo assim vozes em espaços ainda não alcançáveis. A autora propõe um deslocamento do olhar tradicional a toda historicidade que foi constituída a partir do olhar branco heteronormativo de elite, e reposicionar o lugar de raça, a um elemento central que seja passível de validade e reconhecimentos reais, caminhando assim para uma superação do racismo e seus modos de pensar no mundo contemporâneo. (Ribeiro, 2017).

O conceito de branquitude refere-se a posição privilegiada que é ocupada por pessoas brancas dentro da estrutura social brasileira, marcada pelo racismo estrutural, Cida Bento aponta que a branquitude opera como um lugar de poder que se mantém invisível e naturalizado, sustentado pelo silêncio e neutralidade da pelas pessoas do topo, produzindo assim as desigualdades no país, uma vez que esse núcleo detém os dispositivos de poder, agem de forma benéfica apenas para si, em cima da degradação do outro (Bento, 2002).

Corpos negros são continuamente desumanizados e colocados a margem do sistema, por mecanismos cotidianos que produzem uma inferiorização simbólica, fazem parte de um projeto de dominação colonial que ainda se perpetua, sendo uma experiência concreta que impacta diretamente as condições de existência, desde o acesso a saúde e educação, até no direito de existir sem violência, visto assim, compreender raça exige pensar em sua função política, articulando com gênero, classe e outras dimensões de opressões.

Compreender gênero exige atenção aos contextos históricos, culturais e políticos que moldam os papéis atribuídos a homens e mulheres, segundo Scott (1995) o gênero opera em dois níveis, como elemento construtivo das relações sociais, fundado nas diferenças percebidas entre os sexos, e como uma forma primária de dar significado às relações de poder, isso quer dizer que o gênero não apenas reflete uma diferença entre mulheres e homens, como também organiza hierarquicamente em dominação e subordinação, se tornando central para análise de como são postas as normas da sociedade e distribuição de poder e manutenção de opressão (Scott, 1995).

Segundo bell hooks⁴ o conceito de gênero precisa ser compreendido de forma política e relacional, fazendo um apontamento a forma que o sistema de dominação baseado na

⁴ A grafia do nome *bell hooks* com letras minúsculas é uma escolha política da autora, que opta por não utilizar letras maiúsculas nem mesmo em seu nome próprio, como forma de enfatizar que o importante em sua obra não é sua identidade individual, mas as ideias e reflexões que propõe

superioridade masculina, o patriarcado, molda as relações, perpetuando desigualdade entre sexos. O Gênero é aprendido, ensinado e reforçado socialmente desde a primeira infância, funcionando como um dispositivo de controle comportamental, impondo padrões rígidos tanto para mulheres quanto para homens, limitando a liberdade e o potencial humano (hooks, 2000). É importante destacar que a categoria “gênero” não se restringe à cisgeneridade ou à binariedade entre masculino e feminino. Gêneros não binários, assim como identidade trans, também são atravessados por sistemas de opressão específicos que se manifestam em forma de exclusão, violência, patologização e negação de direitos. Esses sujeitos desafiam os padrões normativos impostos pelo sistema cisheteronormativa, enfrentando resistências sociais que os colocam em posições ainda mais vulneráveis (Butler, 2003). Embora tais vivências não constituam o foco principal deste trabalho, reconhece-se a importância de sua inclusão em debates interseccionais, reafirmando o compromisso com uma análise crítica que compreenda a pluralidade das existências humanas.

O feminismo tradicional ao tratar gênero como universal, dissemina uma restrição a experiências de mulheres brancas, de classe média, assim excluindo e negligenciando vivências de mulheres negras, pobres e periféricas, sendo assim urgente uma visão interseccional para que o conceito se torne de fato uma ferramenta crítica e transformadora (bell hooks, 2002)

A opressão de gênero chega nas mulheres negras não apenas como uma questão de desigualdade entre homens e mulheres, seus corpos são hipersexualizados, vozes silenciadas, dores invisibilizadas, desde o período escravocrata, seus corpos foram submetidos a uma desumanização, marcada por hipersexualização, exploração do trabalho, e anulação de sua subjetividade, enquanto pessoa e mulher. Como aponta Lélia Gonzalez (1984), o racismo e o sexismo atuam de maneira interdependente, fazendo com que a experiência das mulheres negras seja atravessada por uma dupla exclusão: por serem mulheres e por serem negras. Seus corpos são historicamente vistos como objetos de uso, suas vozes foram silenciadas, e suas dores seguem sendo negligenciadas tanto pela medicina quanto pelas políticas sociais, enquanto o feminismo branco falava em emancipação e igualdade, as mulheres negras continuavam lutando pelo direito básico de existir com dignidade.

Já anos depois Lélia Gonzalez (2020) permanece suas denúncias sobre a constante situação que a mulher negra é colocada, em uma posição de inferioridade tanto no movimento feminista branco quanto no movimento negro hegemonicamente masculino, destaca que pensar gênero sem considerar a racialização dos corpos é perpetuar uma narrativa incompleta e excludente, com a falha busca de compreender e a experiência da mulher negra por categorias analíticas que tratam gênero ou raça de forma isolada. O feminismo negro, nesse sentido propõe uma revisão crítica e epistemológica, afirmando que o conhecimento válido deve ser construído a partir das experiências vividas por sujeitos historicamente marginalizados, como as mulheres

negras. Essa perspectiva não apenas amplia o escopo das ciências sociais, como também reposiciona os saberes periféricos como centrais na luta por justiça social.

Como observa Sueli Carneiro (2003), é necessário romper com o mito da universalidade feminina e reconhecer que o feminismo só será verdadeiramente transformador quando incorporar as múltiplas experiências das mulheres racializadas. A ideia de uma “mulher universal”, construída a partir da vivência de mulheres brancas, ocidentais, cisgêneras e de classe média, desconsidera as diferenças estruturais que moldam as vidas de outras mulheres. Essa perspectiva homogeneizante apaga desigualdades profundas e silencia sujeitos que vivenciam opressões simultâneas, como é o caso das mulheres negras, indígenas entre outras que se encontram neste lugar de inferioridade, imposto socialmente.

Consolidar o conceito de gênero sob a perspectiva das autoras negras é reconhecer que a luta por equidade de gênero não pode prescindir da luta antirracista. A transformação social passa por ouvir, visibilizar e incorporar os saberes das mulheres negras, que há séculos resistem às múltiplas formas de opressão. Gênero, nesse sentido, não é apenas uma categoria descritiva, mas uma ferramenta de luta, de denúncia e de reinvenção do mundo. Ao unirmos raça e gênero como dimensões indissociáveis da análise social, abrimos espaço para um feminismo plural, comprometido com a justiça e com a dignidade de todos os corpos.

2.3 O não lugar da mulher negra em sociedade

A mulher negra não é vista nem mesmo posicionada dentro da sociedade, ela ocupa um lugar de invisibilidade, marginalização e silenciamento histórico, condição essa marcada por uma exclusão de gênero e de raça, que se entrelaçam e assim fomentam esse sofrimento, é colocada como “outro do outro”, não pertencente a isso nem a aquilo, pelo viés das categorias universalizadas que são representadas pelo homem branco, e mesmo quando o patriarcal é desviado, a imagem do feminino é vinculada também somente à mulher branca. Essa lógica excludente empurra a imagem da mulher negra para um constante deslocamento, onde sua identidade é invalidada e humanidade negada, reforçado por um sistema autoritário que define quem pode ser ouvido e quem é considerado sujeito detentor de conhecimento (Kilomba, 2019).

O apagamento social das mulheres negras é uma problemática histórica, enraizada no período escravocrata onde elas eram comercializadas, violentadas e objetificadas, seus corpos eram vistos como propriedade dos senhores de engenho, dando assim acessibilidade a eles e seus capatazes, rotineiramente abusadas, prática essa que se tornou parte do sistema escravocrata, como forma de controle da produção de mão de obra, para além dos abusos sexuais eram obrigadas a gerar filhos para o aumento de seus “patrimônios”, seus gestações eram monitoradas e pós nascidos seus filhos eram negociados e vendidos, não havendo nenhum tipo de vínculo materno entre os dois (Collins, 2019). Assim como, seus trabalhos dentro e fora da casa-grande, cuidavam da casa, lavavam, cozinhavam, amamentavam e até mesmo criavam os filhos de brancos, conhecidas como “amas de leite”, realizações essas que nunca foram

oficialmente reconhecidas, sempre vista como uma função inerente a condição das mulheres escravizadas. Importante mencionar a existência de uma lacuna histórica, do imprescindível papel das mulheres dentro da resistência da população negra, durante a luta abolicionista, seus nomes são raramente mencionados, foram em sua grande maioria, atuantes das fugas, e lutas políticas, com Dandara dos Palmares, que foi uma grande líder do Quilombo dos Palmares, mas que por muito tempo era apenas mencionada como, companheira de Zumbi, Luísa Mahin, mulher negra livre, atuante dos bastidores da Revolta dos Malês (1835) que ocorreu em Salvador, era considerada estrategista e articuladora política, à alguns relatos que indicam que escrevia bilhetes em árabe para organização dos revoltosos, feitos que não são relacionados a seu nome, sendo assim lembrada “somente” por ser mãe do importante abolicionista, Luís Gama, apenas dois dos diversos nomes que são omitidos das escritas históricas (Davis, 2016).

Discriminação que ainda se perpetua fortemente nos dias atuais, a distorcida visão que a população tem, de que as mulheres negras se encontram em um grau de inferioridade, construindo assim muros de desigualdades, de direitos e oportunidades, dados de pesquisas demográficas relevam que apesar de representarem uma grande parcela da população elas ocupam posto precarizados no mercado de trabalho, contando com menor remuneração, maior informalidade, maior taxa de desemprego, e a jornada dupla que acaba dificultando ainda mais essa realidade, ao finalizar suas jornadas de trabalho fora de casa, costumam se dedicar à afazeres domésticos, limpando e cozinhando em casa, para si e seus familiares.

Ao falar sobre o não lugar da mulher negra na sociedade, é impossível não abordar o preconceito explícito direcionado às performances negróides, manifestações culturais adotadas por mulheres negras que se reconhecem e se expressam por meio de sua própria ancestralidade. Essa expressão de identidade é manifestada quando assumem seus cabelos naturais, muitas vezes após anos de tentativas de alisamento e negação, e também pelo uso de vestimentas e acessórios afrocentrados, que promovem um resgate cultural e histórico. No entanto, tais expressões, que representam resistência, afirmação de si e um profundo senso de pertencimento, são frequentemente recebidas por olhares enviesados e julgamentos. Em uma sociedade racista, essa afirmação cultural é vista como inadequada ou até mesmo como uma ameaça à norma estabelecida. (hooks, 2013,2019)

Decorrendo de todo esse histórico de apagamento e marginalização social contínua que mancha a existência de mulheres negras, o discurso da “mulher negra forte” como símbolo de resistência e resiliência, acaba sendo engessado a imagem delas, apresentando assim uma narrativa distorcida da realidade, que romantiza e naturaliza processos dolorosos, como a solidão. Pelo conceito de “escrevivência” Conceição Evaristo (2014) denuncia a intersecção do racismo e sexismo no prática de exclusão da mulher negra dos espaços de reconhecimento, cuidado, pertencimento, e empoderamento, entre outras muitas negações que lhe são feitas diariamente, às colocando a margem das relações afetivas, trocas interpessoais e até mesmo da própria valorização individual, essa ausência é um ato de violência bancado por uma sociedade

que insiste em negar sua plenitude, como ser que pensa, que sente, que deseja, essa solidão que é vivenciada é além de emocional, é política é estrutural, uma falha que precisa ser enunciada, e um olhar que precisa ser reconstruído.

“A mãe sempre dizia que os olhos dela eram olhos d’água. [...]”

Mas a menina sabia, seus olhos eram escuros de dor.

E ainda criança aprendeu a chorar sem lágrima.”

(EVARISTO, 2014, p. 13)

2.4 O Sofrimento Psíquico da mulher negra

Como já dialogado ao longo do texto, as mulheres negras foram historicamente marcadas por violências e opressões, desde muito tempo suas vivências são negadas, o estado nunca se responsabilizou pelos danos causados à população, pós abolição, perpetuando assim a discriminação e desigualdades que lhe acarretam todos os dias, a estrutura racista que existe enquanto sistema, banca com naturalidade o discurso enraizado sobre a percepção distorcida da mulher negra, às negando diversas formas de cuidado, incluindo o cuidado em saúde mental.

Ao pensar em saúde mental é necessário fazer um recorte social, os processos de cuidados são individuais, não há como acolher e lidar com uma dor que não se foi compreendida a raiz primeiramente. Dentro da existência de mulheres negras o sofrimento psíquico não deve ser compreendido apenas como questão isolada, como evidencia Portela e Silva (2023) é carregado de séculos de opressão, silenciamento e uma persistente desumanização, o mal-estar como a autora aponta, se manifesta de forma silenciosa e persistente, é o corpo que adocece por não ser visto, é a mente que se cansa por não ser reconhecida, é o afeto que se retrai por não possuir acolhimento, é a voz que se some por não ser ouvida, portam o peso da uma subjetividade que foi moldada a partir da exclusão, procurando ser e se afirma em um mundo que constantemente as negam.

Esse molde é imposto desde muito cedo fazendo com que essas mulheres cresçam negando a si mesmo, para assim serem vistas como alguém, pois diferente de outros, nascer, não às fazem sujeito, a negação de si é uma violência precoce, a internalização do racismo e sexismo como normas, ultrapassando o simbolismo de máscara que Fanon (2008 [1952]) utiliza em sua obra, mulheres negras realmente utilizam máscaras, alisando seus cabelos, suavizando linguagem, modificando o tom de sua voz, escondendo curvas que são suas, e até mesmo tolerando agressões que se disfarçam de elogios, afastando de si mesmo, e aquilo que compreende como seu acaba sendo lentamente corroído.

É percebida uma baixa autoestima que não é inata, mas sim fruto de toda essa violação, se transformando em um sintoma latente, desde a infância é confrontada com os padrões de beleza intangíveis, dando caminho a dificuldade em se olhar com afeto, ao se ver em espelhos, evocando uma sensação constante de dívida com a imagem do feminino, receio de ocupar espaços de falas, questionamentos sobre merecimento, dos seus próprios feitos, e até mesmo a culpa por em algum momento dar início á um autocuidado, como se cuidar de si fosse um

privilégio que não lhe cabe, essa dinâmica de sofrimento exige uma escuta ética, afetiva e politicamente comprometida, que legitime suas dores e reconheça toda potência envolta da sua individualidade (Carneiro, 2011. Kilomba, 2019. Portela e Silvia, 2023).

Esse adoecimento psicológico não pode ser compreendido a partir de um olhar descontextualizado, seus sofrimentos são subjetivos embora por vezes se enquadre dentro de quadros de depressão, ansiedade e estresse, entre outros, são sim atravessados por fatores históricos sociais, o corpo e a mente da mulher negra carregam marcas, a naturalização da força transforma em um cárcere afetivo, onde a fragilidade é vista como fraqueza e o sofrimento como fraquejo, nesse cenário adoecer não é apenas um sintoma gerado pela sobrecarga, mas também um grito de resistência, é preciso nomear o racismo para que ele seja enfrentado, reconhecer a humanidade que é tanto negada e apagada é um caminho inicial. (Kilomba, 2019. Collins, 2019)

Carla Akotirene (2019) reforça que o enfrentamento desse sofrimento exige mais que as práticas tradicionais, que ainda são colonizadas por epistemologias brancas e masculinas, esse sofrimento precisa ser lido politicamente, sua dor psíquica é o reflexo da solitária luta por pertencimento, dentro de sua existência acaba sendo insurgente pelos padrões normativos, que lhes nega até mesmo o direito de sofrer suas angústias. É visualizado um ato de insurgência epistêmica e política, é preciso de uma escuta ética e comprometida como o cuidado das mulheres negras, capaz de legitimar essa dor, sem a aprisionar, uma prática que não enxergue apenas aquilo que já de adoecido mais principalmente o que resiste, o que se reinventa o que se propaga apesar de tudo. A escrita e a fala se tornam ferramentas de cura e reconstrução.

“A mulher negra tem sido forjada na dor. Somos filhas da solidão, da subalternidade, do não reconhecimento. Mas é dessa dor que também fazemos fala, invenção e existência. Porque nosso corpo, violentado pela história, carrega a memória da luta. E é nessa memória que construímos outra lógica de resistência: aquela que transforma o sofrimento em linguagem, em beleza, em gesto de reinvenção do mundo.”
(Carneiro, 2003, p. 156).

É vivenciado diversas limitações a cerca da resistência de comunidades negras, e as mulheres negras estão no centro desta limitação, a falta de representatividade negra é um projeto muito bem articulado, contra o movimento do feminismo negro, é encontrado uma grande dificuldade em se enxergar de forma positiva, ao não se reconhecer naquilo que é propagado como ideal, estão sempre sendo lembradas de suas dores, e as relatando, acaba sendo questionador a quem ouve, se ali existe algo de se orgulhar, por isso é importante se empoderar daquilo que lhe

pertencem, se fazer pertencente, de forma coletiva é possível caminhar para melhorias, reconhecer belezas que geralmente são negadas, ouvir vozes que por muito tempo não foram ouvidas e acolher dores que nunca se quer foram reconhecidas. (Ribeiro,2019)

O movimento do empoderamento feminino negro é um forte ato de resistência, se acolher na semelhança é um hábito ancestral, que carrega consigo grandes marcadores, como é muito bem dialogado por Grada Kilomba (2019) a prática de aquilombar é uma demonstração de força das comunidades negras, que em sua maioria possuem mulheres como matriarcas, símbolos de grande revoluções e mudanças necessárias, o processo se inicia a partir da identificação enquanto mulher negra, que possui consigo muitas outras, caminhando assim para abertura de portas que sempre estivera fechadas, podendo assim compreender e sanar dores que nunca foram expressadas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, propus um diálogo sobre a existência da mulher negra, a partir do questionamento sobre como a intersseccionalidade de raça e gênero atribui sofrimento a vivência da mulher negra, busquei investigar a relação de discriminação na vida cotidiana destas mulheres, problematizando o não lugar da mulher negra em sociedade e por fim pontuando o sofrimento psíquico da mulher negra.

A partir de leituras de autoras como Grada Kilomba, Patrícia Hill Collins, bell hooks (...) foi compreendido a conceituação do termo intersseccionalidade, um termo utilizado para contemplar relações se entrelaçam dentro do movimento de marginalização daquilo que não é compreendido e nem aceito, no recorte de comunidade das mulheres negras é latente o entrelaço de raça e gênero, colocando as mesmas em um duplo processo de sofrimento, mulheres dentro da sociedade já não possuem o devido respeito e lugar de pertencimento, ao se atravessarem com raça, são subjugadas ainda mais, a partir da falta de reconhecimento e pertencimento a lugar algum, o racismo e sexismo são fortes dispositivos de poderes que acabam dificultando essa vivência.

Com as autoras Leila Gonzalez, Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro (..), destaquei a falta de reconhecimento vivenciado por mulheres negras, que são historicamente desvalorizadas sofrendo de forma contínua por um gritante apagamento social, sendo assim contribuinte para processos de sofrimento psíquicos que por muitas vezes não são nem mesmo compreendidos por si, e muito menos acolhidos como dores, sendo muitas vezes até dificultoso para pesquisadores discorrer sobre tais temáticas, sendo escasso pesquisas com tais norteadores, ao não se compreender enquanto mulher negra, não é possível compreender as dores que nós atravessam.

Enquanto mulher negra, foi um processo bastante desafiante escrever sobre vivências que são tão minhas quando de outras, não estou aqui dando voz elas, pois não é necessário, falamos por nós mesma, mas estou aqui, escrevendo e pesquisando por muitas de nós que não tiveram oportunidade de ser, busco compreender sobre raízes e ancestralidade que me foram negadas, e de forma profissional e pessoal entender sobre dores que nunca conseguir nomear, com o auxílio

de referências de mulheres negras, desde orientação, até textos autorais, consigo aos poucos ir construindo um arsenal fundamentado sobre praticas e vivências que são tão subjetivas a mim.

Conclui-se, a partir das discussões apresentadas, que a interseccionalidade de raça presente na mulher negra compõe contextos muitas vezes negligenciados e que nesse trabalho foi abordado apenas algumas de diversas discussões que são de inteira importância. Notou-se ainda a dificuldade em encontrar materiais que abordassem diferentes perspectivas dessa área e por isso, espera-se que esse trabalho sirva de base para projetos futuros.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Tânia Maria de; PINHO, Paloma de Sousa; ALMEIDA, Maura Maria Guimarães de. Prevalência de transtornos mentais comuns em mulheres e sua relação com as características sociodemográficas e o trabalho doméstico. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, Recife, v. 5, n. 3, p. 337-348, jul./set. 2005.
- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. *Pactos narcísicos na branquitude: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese (Doutorado em Educação) – USP, 2003.
- CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- COLLINS, Patrícia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução de Vanessa Borges. São Paulo: Boitempo, 2019.
- COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Trad. Heloísa Pait. São Paulo: Boitempo, 2021.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. 7. ed. Salvador: EDUFBA, 2008. (Obra original publicada em 1952).
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: RIOS, Flávia; LIMA, Marcia (org.). *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez*. São Paulo: Zahar, 2020. p. 217–224.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira e Stephanie Ribeiro. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Trad. Cristina Yamagami e André Pereira. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Tradução de Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.
- HOOKS, bell. *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Elefante, 2019.

NOGUEIRA, Cláudia. Introdução à violência contra as mulheres como um problema de direitos humanos e de saúde pública. *Saúde e Sociedade*, v. 17, n. 3, p. 124-137, 2008.

PORTELA E SILVA, Natássia Fortes Braga. *O mal-estar da mulher negra: um percurso pelos aspectos sociais aos aspectos psíquicos*. 2023. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, jul./dez. 1995.

TAVARES, Dinalva Menezes Castro. Violência doméstica: uma questão de saúde pública. 2000. Dissertação (Mestrado em Serviços de Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*. 1. ed. São Paulo: Editora Ática, 1960.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.